

**O setor florestal no Território Portal da Amazônia,
norte de Mato Grosso:**

Situação atual e perspectivas
(Versão Preliminar)

Este estudo faz parte do projeto *Mobilização da Sociedade Local para a Difusão do Manejo Florestal Sustentável no Extremo Norte de Mato Grosso*, desenvolvido pelo Instituto Centro de Vida (ICV) com o apoio do Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável da Amazônia (Promanejo/Ibama), em parceria com a Universidade do Estado Mato Grosso (Unemat).

Coordenação do Projeto

Norival Batista dos Santos – ICV

Coordenação do Estudo

Rubens Marques Rondon Neto - UNEMAT

Consultoria

Ricardo Felix Santana – CNPq/ UFPA

Equipe técnica

Ayslaner Gallo

Fernanda Pinheiro Saravy

Revisão

Gisele Neuls

Laurent Micol

Alta Floresta - MT

Julho de 2006

Índice

1 – Introdução	4
2 – Justificativa	5
3 – Metodologia	8
4 – O Setor Madeireiro no Território do Portal da Amazônia	9
4.1 - Constituição das empresas.....	11
4.2 - Características operacionais	12
4.3 - Origem da matéria-prima.....	12
4.4 - Emprego da mão-de-obra	14
4.5 - Uso e conhecimento do manejo florestal.....	14
4.6 - Reflorestamento e certificação florestal	17
5 – Considerações finais.....	19

1 – Introdução

O território do Portal da Amazônia é uma região localizada no extremo norte do Estado de Mato Grosso, incluindo 16 municípios que integram as bacias hidrográficas do Tapajós (Teles Pires e Juruena) e do Xingu. Esta no limite sul da floresta amazônica, onde se encontra a transição do cerrado para a floresta. O processo de expansão da fronteira agrícola do país dos últimos 40 anos disponibilizou essa região para a ocupação, orientada pela política de “integrar para não entregar”. O marco mais importante para o território foi a abertura da BR-163 (Cuiabá-Santarém), na década de 1970, que abriu o caminho para o centro-sul do país.

Optou-se pelo modelo dos projetos de colonização privados ou projetos de assentamentos para a reforma agrária para ocupação da região. Algumas empresas colonizadoras que fizeram parte da história da região são a Indeco (responsável pela implantação de Alta Floresta, Apiacás e Paranaíta), Colonizadora Líder (responsável por Colíder e o povoamento inicial de Nova Canaã do Norte), Colonizadora Bandeirante (Nova Bandeirantes), Colonizadora Maiká (Marcelândia), entre outras.

A colonização privada foi amplamente estimulada por programas governamentais durante a década de 70. Tais programas envolviam empréstimos com juros baixos para as empresas adquirirem os terrenos na região e reduziam os valores das taxas sobre os seus lucros. Grande parte das colonizadoras era proveniente dos estados do Sul do país.

Os projetos iniciais de desenvolvimento estavam baseados na produção agropecuária, procurando implementar um modelo próximo ao padrão sulista de propriedades. A população era proveniente basicamente das regiões de “tensão agrária”, principalmente do Paraná e Rio Grande do Sul (moradores de áreas que foram demarcadas para índios e regiões alagadas por hidroelétricas).

Nas décadas de 80 e 90 surgiram os garimpos na região e ocorreu uma explosão demográfica com a migração de milhares de nordestinos. Com o fim do garimpo em grande parte do território, aqueles que permaneceram na região se estabeleceram como agricultores ou como mão de obra para as indústrias de madeira, mantendo muitas vezes hábitos e costumes diferenciados dos habitantes sulistas. O processo de ocupação não foi fácil, sendo caracterizado pela dificuldade de acesso, os longos períodos de chuvas, a elevada incidência de malária e os conflitos por terras. Problemas no escoamento da produção comprometiam ainda a renda dos agricultores. Muitos destes problemas ainda continuam com intensidade no território.

O desafio neste momento é alterar o modelo de desenvolvimento baseado na exploração predatória dos recursos naturais que opera na região por um que leve à sustentabilidade econômica, ambiental e social. A evolução lenta da infra-estrutura dos municípios e dos acessos à região, a regularização das terras, o acesso à luz e o escoamento da produção continuam sendo obstáculos ao desenvolvimento do território. Nas últimas décadas a mudança da cobertura vegetal pelo desmatamento e queimadas tem gerando um passivo ambiental no Portal da Amazônia na forma de perda da biodiversidade, diminuição da oferta de água, emissão de CO₂ e aumento dos conflitos sociais.

Dentro desta realidade o Instituto Centro de Vida (ICV) propôs o projeto intitulado "*Mobilização da sociedade local para a difusão do manejo florestal sustentável no extremo norte de Mato Grosso*", que recebe financiamento do Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia (Promanejo), tendo como parceiro a Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) - *Campus* Universitário de Alta Floresta.

No âmbito desse projeto, o presente estudo apresenta a situação econômica, produtiva e organizacional do setor de base florestal desta região, a fim de subsidiar a definição de estratégias visando incrementar as áreas de florestas nativas manejadas.

2 – Justificativa

A região do extremo norte de Mato Grosso, tendo Alta Floresta como pólo principal e Guarantã do Norte como pólo secundário (Figura 1), constitui-se uma frente ativa de expansão agropecuária, com predominância da exploração de grande escala. A conversão de extensas áreas de florestas em pastagens e/ou monocultivos agrícolas tem acontecido com intensidade crescente ao longo da última década

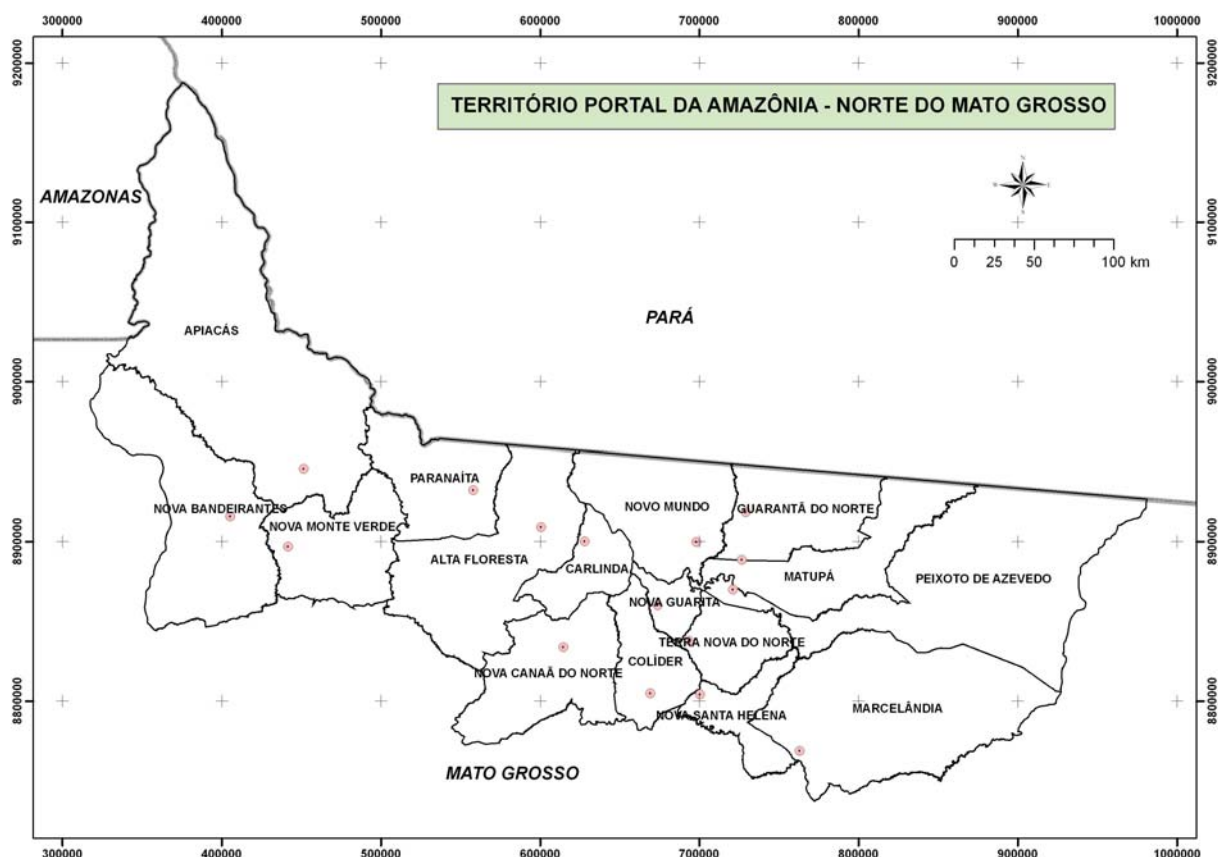


Figura 1 – Municípios que constituem o território do Portal da Amazônia – MT

Alguns municípios ainda preservam grande parte da cobertura vegetal original, como Apiacás (somente 8,4% desmatado acumulado até 2005), mas outros se encontram com praticamente toda área de floresta original desmatada, como é o caso de Colíder (74,3%) e Terra Nova do Norte (68,0%) (Tabela 1).

Nos últimos 3 anos, a taxa média de desmatamento na região tem sido de 2% por ano, ligeiramente maior do que a média do estado.

Tabela 1 – Desmatamento nos municípios do Portal da Amazônia até 2005 (km²)

Município	Área Total	Desmatamento acumulado até 2005	% de área desmatada até 2005	Desmatamento no período 2003-2005	Taxa média de desmatamento por ano, 2003-2005
Alta Floresta	8.949	4.298	48,0%	586	2,2%
Apiacás	20.440	1.710	8,4%	686	1,1%
Carlinda	2.417	1.523	63,0%	88	1,2%
Colíder	3.101	2.304	74,3%	54	0,6%
Guarantã do Norte	4.745	1.897	40,0%	249	1,8%
Marcelândia	12.305	2.608	21,2%	673	1,8%
Matupá	5.270	1.491	28,3%	325	2,1%
Nova Bandeirantes	9.609	2.402	25,0%	913	3,2%
Nova Canaã do N.	5.955	2.650	44,5%	477	2,7%
Nova Guarita	1.123	814	72,5%	59	1,8%
Nova Monte Verde	5.134	2.070	40,3%	375	2,4%
Nova Santa Helena	2.323	1.106	47,6%	115	1,7%
Novo Mundo	5.803	2.093	36,1%	567	3,3%
Paranaíta	4.800	1.725	35,9%	492	3,4%
Peixoto de Azevedo	14.263	2.503	17,5%	612	1,4%
Terra Nova do Norte	2.692	1.831	68,0%	156	1,9%
Total do Território	108.929	33.027	30,3%	6.426	2,0%
Total do Estado	904.987	319.476	35,3%	49.084	1,8%

Fonte: ICV , 2006 (análise realizada com base em dados fornecidos pela SEMA-MT)

Para o setor de base florestal na região, o desmatamento ainda é a principal fonte de matéria prima, porém por outro lado também significa a redução do estoque de madeira para o futuro da atividade. Em 2005, o território Portal da Amazônia ainda possuía 71 mil km² de cobertura florestal, dos quais 49 mil fora de áreas protegidas ou unidades de conservação (Tabela 2).

Tabela 2 – Cobertura florestal remanescente nos municípios do Portal da Amazônia em 2005 (km²)

Município	Área com Cobertura original de tipo Florestal	Cobertura Florestal Remanescente	Cobertura Florestal remanescente fora de Áreas Protegidas
Alta Floresta	8.689	4.461	4.360
Apiacás	19.703	17.995	4.341
Carlinda	2.379	857	857
Colíder	3.091	787	787
Guarantã do Norte	4.716	2.830	2.281
Marcelândia	12.141	9.539	8.225
Matupá	5.256	3.768	2.999
Nova Bandeirantes	9.370	6.969	6.383
Nova Canaã do N.	5.404	2.872	2.871
Nova Guarita	1.114	302	302
Nova Monte Verde	5.124	3.054	3.054
Nova Santa Helena	2.322	1.216	1.216
Novo Mundo	4.859	2.808	2.120
Paranaíta	4.698	2.975	2.975
Peixoto de Azevedo	12.485	9.991	5.340
Terra Nova do Norte	2.690	859	859
Total do Território	104.043	71.283	48.968
Total do Estado	567.605	380.781	270.048

Fonte: ICV , 2006 (análise realizada com base em dados fornecidos pela SEMA-MT). Considera como cobertura florestal as classes "Floresta" e "Transição" na classificação do RADAMBRASIL.

Para avaliar o volume de madeira que poderia ser extraído de forma sustentável dessas áreas florestais remanescentes, deve-se estimar a porcentagem dessa área que ainda tem potencial florestal (retirando áreas já exploradas de forma predatória, áreas já queimadas ou que tenham sofrido algum outro tipo de pressão), assim como o volume médio de madeira por hectare. Considerando 22% de áreas com uso potencial (com base em estudos realizados em área similar no Estado do Pará¹) e um volume médio de 20 m³ por hectare, para um ciclo de corte de 30 anos, a oferta potencial de madeira no Território Portal da Amazônia seria de 718 mil m³ por ano. Esse valor representaria apenas um terço do consumo de madeira em toras na região no ano de 2004. Isto significa que o setor de base florestal da região já é dependente de fornecimento de madeira de regiões vizinhas e/ou está consumindo rapidamente o seu estoque de madeira.

¹ Áreas para Produção Florestal Manejada no Pará – Governo do Estado do Pará/ Imazon, 2006

Portanto, a atual crise do setor na região não é apenas de adequação às normas ambientais mas sim de aprovisionamento de matéria-prima. Em função dessa crise, alguns municípios ficaram em situação difícil, por motivo do fechamento de várias empresas e um elevado número de demissões.

Nesse contexto, é fundamental compreender como o setor florestal funciona e pensa, e a partir disso apoiar a articulação dos diversos atores envolvidos a fim de viabilizar a implementação efetiva dos projetos de manejo florestal sustentável na região.

3 – Metodologia

O presente trabalho foi realizado em duas etapas. No primeiro momento foram aplicados questionários nas indústrias do setor madeireiro no território do Portal da Amazônia e elaborado um diagnóstico prévio. Na segunda etapa fez-se um reconhecimento de campo do território e aplicou-se a metodologia de entrevista de atores chave para identificar áreas potenciais para a implementação de manejo florestal, bem como se revisou o diagnóstico prévio com o uso de dados secundários e de campo.

As entrevistas da primeira etapa ocorreram no período de setembro a outubro de 2005 em um universo de 128 indústrias madeiras distribuídas nos 16 municípios que compõem o Portal da Amazônia. A Tabela 3 apresenta os pólos madeiros e os municípios pesquisados, com o respectivo número de indústrias. Os dados obtidos nas entrevistas foram processados e consolidados no diagnóstico prévio na forma de gráficos e tabelas.

Tabela 3 – Pólos madeiros identificados e número de indústrias visitadas no Portal da Amazônia.

Pólo	Município	Nº de Indústrias no Município	Nº de Indústrias no Pólo
Guarantã do Norte	Guarantã do Norte	17	23
	Novo Mundo	6	
Matupá	Matupá	6	16
	Nova Guarita	1	
	Peixoto de Azevedo	5	
	Terra Nova do Norte	4	
Marcelândia	Marcelândia	30	36
	Nova Santa Helena	6	
Apiacás	Apiacás	6	6
Nova Bandeirante	Nova Bandeirantes	7	13
	Nova Monte Verde	6	
Paranaíta	Paranaíta	8	8
Alta Floresta	Alta Floresta	15	26
	Carlinda	4	
	Colíder	4	
	Nova Canaã do Norte	3	
Total			128

Fonte: dados de pesquisa

De um total de 310 indústrias madeireiras cadastradas nos 16 municípios pesquisados, 171 empresas (55%) se encontravam em atividade segundo os agentes municipais (secretários de agricultura e secretários de indústria e comércio). Destas, 128 foram entrevistadas, o que representa 41% do total de empresas e 75% das empresas em atividade no momento do levantamento (Figura 2). A impossibilidade de localizar o representante legal foi o motivo de 43 empresas madeireiras não serem entrevistadas. Porém, entende-se que a amostra foi representativa para a população em estudo.

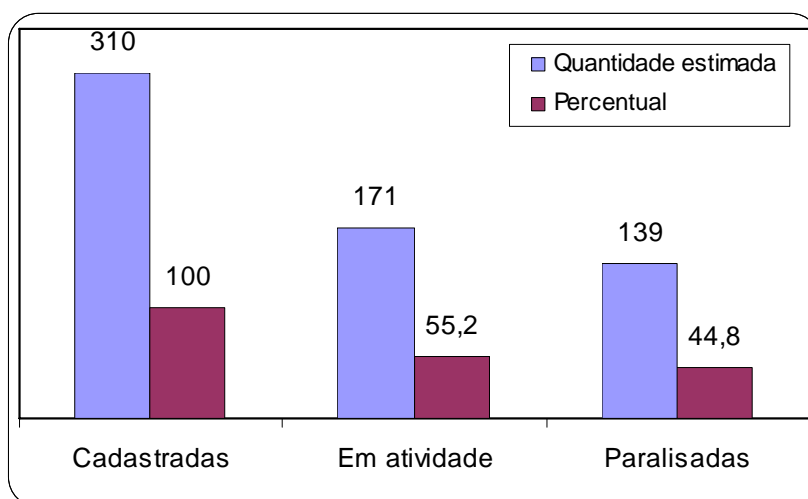


Figura 2 – Indústrias madeireiras cadastradas, em atividade normal e paralisadas no Portal da Amazônia em setembro e outubro de 2005

O diagnóstico prévio também foi revisado e complementado utilizando-se dados secundários e de campo.

Na segunda fase, foi utilizada a metodologia de entrevista com atores chave para identificação de áreas potenciais para a implementação do manejo florestal no território. Foram usados mapas dos municípios contendo hidrografia, áreas urbanas, estradas principais, divisão municipal, cobertura vegetal, unidades de conservação e terras indígenas. As imagens foram processadas no laboratório de geoprocessamento do ICV.

Foram listados e entrevistados atores chave para cada pólo madeireiro do Portal da Amazônia. Utilizou-se papel vegetal, lápis e borracha para definição dos polígonos referentes às áreas potenciais para manejo florestal pela análise dos mapas. Os dados da entrevista foram anotados e posteriormente foi preenchida uma planilha de caracterização das áreas potenciais. Os resultados dessa segunda fase servirão de base a uma seqüência de oficinas a serem realizadas nos pólos madeireiros do Território, onde serão discutidos, validados e complementados. Portanto, não estão apresentados nesta versão preliminar do diagnóstico.

4 – O Setor Madeireiro no Território do Portal da Amazônia

De acordo com o estudo realizado pelo Imazon em 2004 (Lentini et al, 2005), a Amazônia é formada por três fronteiras madeireiras, classificadas de acordo com as

tipologias florestais e a idade da fronteira: antigas (mais de 30 anos), intermediárias (10 a 30 anos), e novas (menos de 10 anos). Os municípios que compõem o Portal da Amazônia estão dentro das fronteiras nova e intermediária. Dos 82 pólos processadores de madeira na Amazônia Legal, 26 estão no estado de Mato Grosso (32%), totalizando 1.592 empresas, que processaram 8 milhões de m³ de madeira em tora, resultando em 3,5 milhões de metros cúbicos de madeira processada, com uma renda bruta de US\$ 673,9 milhões (29%). A maior parte da produção processada foi madeira serrada (55%); os laminados e compensados somaram 25%, enquanto a madeira beneficiada (portas, janelas, pisos, forros etc.) totalizou 20% da produção.

A indústria madeireira de Mato Grosso gerou em 2004 aproximadamente 109 mil empregos, dos quais 36 mil empregos diretos (processamento e exploração florestal) e 73,5 mil empregos indiretos. Ou seja, em média, cada emprego direto gera 2,04 postos de trabalhos relacionados à área comercial (venda de madeira processada e de equipamentos para a indústria), marcenarias, transporte de madeira processada e serviços especializados, como consultoria técnica e manutenção de equipamentos. Esses empregos representam aproximadamente 6% da população economicamente ativa do Mato Grosso.

No Território Portal da Amazônia, o estudo o Imazon identificou 261 empresas, consumindo 2 milhões de m² de madeira em tora e gerando 28 mil empregos diretos e indiretos (Tabela 4).

Tabela 4 – Pólos Madeireiros no território do Portal da Amazônia – MT em 2004

Pólo Madeireiro	Número de empresas	Consumo Anual de Toras (mil m³)	Produção Processada (mil m³)	Empregos Gerados (diretos e indiretos)	Renda Bruta (US\$ milhões)
Marcelandia ¹	60	550	214,6	5.897	33,2
Alta Floresta ²	34	310	138,5	4.952	24,2
Apiacás	22	220	99,1	3.448	18,7
Gurantã do Norte ³	44	270	131	4.536	21,9
Itaúba ⁴	25	130	52,6	1.981	10,9
Matupá ⁵	23	130	60,8	2.589	11,6
Nova Bandeirantes ⁶	21	160	63,8	1.706	11,4
Nova Monte Verde ⁷	14	100	42,7	1.400	7,6
Paranaíta	18	180	73,2	1.923	11,7
Total	261	2.050	876,3	28.432	151,2

1 Inclui o distrito de Analândia

2 Inclui Carlinda

3 Inclui Novo Mundo

4 Inclui Colider, Nova Canaã e Nova Santa Helena

5 Inclui Peixoto e Terra Nova

6 Inclui o distrito de Japurana

7 Inclui Alto Paraíso e São José do Apuy

Fonte: Lentini et. al., 2005, p. 54-55.

Esses valores diferem ligeiramente dos encontrados nos levantamentos realizados pelo ICV devido a períodos distintos das pesquisas e a diferenças na metodologia utilizada.

4.1 - Constituição das empresas

A pesquisa mostrou que cerca de 76% das indústrias madeireiras entrevistadas foram criadas diretamente no município em que atualmente se encontram instaladas. Aproximadamente 19% das indústrias madeireiras avaliadas migraram de outros municípios e apenas 2,5% são filiais (Figura 3). Estes números revelam um forte atrelamento do setor com a economia local, pois em sua grande maioria os empresários residem no próprio município. Além de manter o giro financeiro mais localmente distribuído, os empresários se sentem mais acessíveis à adoção das políticas de cunho local.

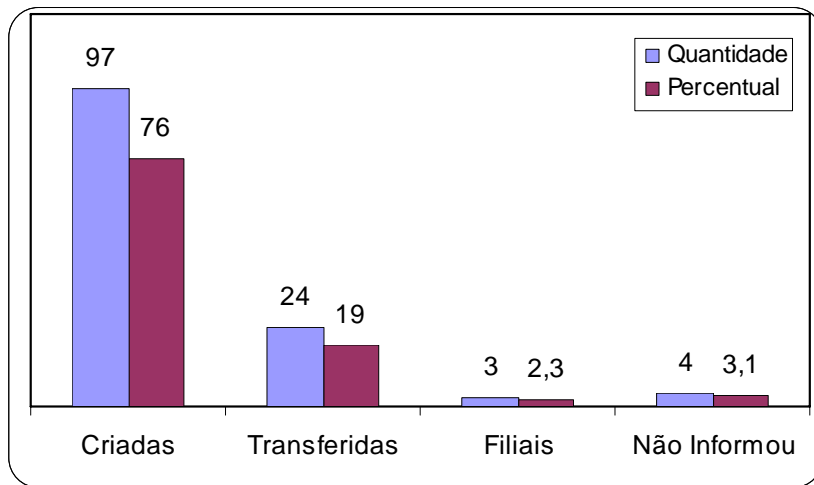


Figura 3 – Origem das indústrias madeireiras no Portal da Amazônia

O tempo de operação médio das empresas na região está em torno de 15 a 20 anos, ou seja dentro da fronteira nova e intermediária. Esse tempo médio foi alcançado utilizando-se os dados da composição jurídica das empresas, que mudam frequentemente de proprietários e razão social (Figura 4).

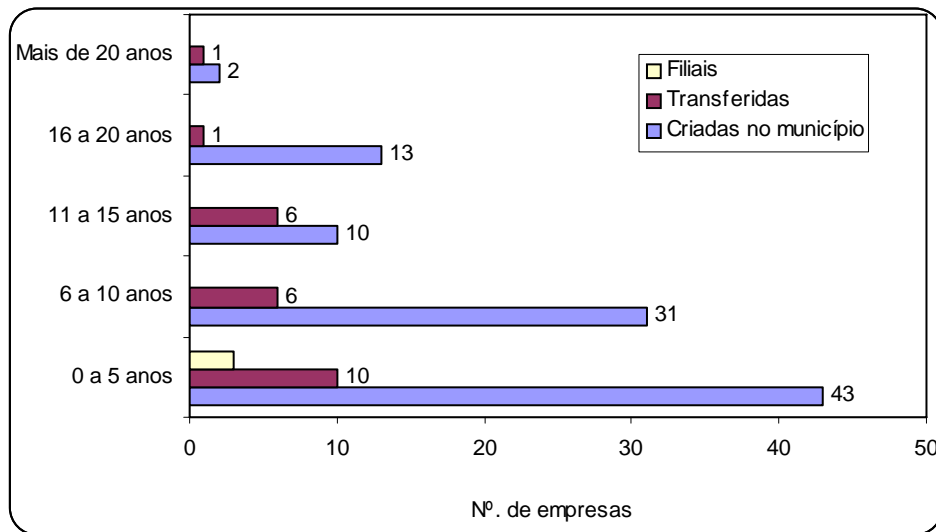


Figura 4 – Tempo de operação e forma de instalação das indústrias madeireiras no Portal da Amazônia

4.2 - Características operacionais

As atividades de exploração e transporte da madeira utilizadas pelas indústrias madeireiras avaliadas são altamente terceirizadas; em relação à frota utilizada incluindo veículos de transporte e maquinários de extração, cerca de 70% é totalmente realizado por agentes sem vínculo empregatício com as empresas madeireiras; 17% das empresas utilizam fatores mistos e apenas 13% são totalmente próprios. Praticamente os mesmos índices se repetem quanto ao vínculo da mão-de-obra utilizada nestas operações.

Cerca de 75% das empresas madeireiras pesquisadas utilizam madeira das espécies nativas exploradas para a realização de desdobros em serrarias. Dessas, 87% utilizam serra-fita e apenas 13% usam as serras do tipo pica-pau. Dessa forma, pode-se considerar que as serrarias existentes apresentam um considerável nível tecnológico, apesar da renovação do parque industrial não ser prática comum entre as empresas pesquisadas. As madeiras em toras e desdobradas são secas de forma natural em 75% das indústrias analisadas.

As empresas laminadoras representam 16% das empresas em funcionamento. O principal equipamento utilizado é o torno mecânico, que efetua a laminação de forma contínua. Cerca de 60% das empresas locais que produzem os laminados não fabricam compensados e as lâminas de madeira são enviadas para outros estados. Outros 40% das empresas laminadoras produzem os compensados, os quais são principalmente destinados ao uso na construção civil. Aproximadamente 69% das serrarias destinam seus produtos para a construção civil e 28% delas também visam o mercado de produção de móveis.

84% das indústrias madeireiras realizam processos de utilização dos subprodutos gerados durante o desdobro e laminação da madeira. No entanto, apenas 39% das empresas avaliadas conseguem aproveitar de alguma forma os resíduos de madeira.

É comum nesta região a empresa madeireira efetuar diretamente as vendas de seus produtos. Cerca de 60% das empresas analisadas são responsáveis por todo o processo de comercialização, enquanto 24% comercializam parte da produção através de representantes de venda. O principal mercado de destino dos produtos é o nacional, que conta com a participação de 42% das empresas entrevistadas, enquanto 31% das empresas operam nos mercados nacional e internacional.

4.3 - Origem da matéria-prima

38% do total da empresas entrevistadas declaram utilizar somente madeira de áreas manejadas, 30% declararam não utilizar madeira proveniente de florestas manejadas e outras 28% adquirem madeira das duas formas (manejada e não manejada). Cerca de 60% das empresas entrevistadas utilizam madeiras extraídas de áreas que já sofreram cortes seletivos há cerca de 10 a 20 anos. Na maioria dos casos, o volume de madeira potencial para exploração sustentável é desconhecido e há carência de planejamento e uso das técnicas de exploração e transporte da matéria-prima florestal.

O pagamento pela madeira é feito, predominantemente, por quantidade de metros cúbicos de toras (81% das indústrias madeireiras). O preço da madeira pode variar

conforme a espécie florestal e a distância entre a floresta e a empresa adquirente. Outras 7% das indústrias madeireiras entrevistadas efetuam o pagamento da madeira baseado no tamanho da área a ser explorada e 12% dos entrevistados não informaram.

Cerca de 90% indústrias pesquisadas adquirem madeira de propriedades de terceiros. Essas áreas exploradas são de propriedades privadas e o documento que prevalece na relação de troca é o contrato firmado em cartório. Portanto, o setor florestal da região norte do Estado de Mato Grosso encontra-se segmentado em duas partes: Fornecedores de madeira (proprietários rurais) e Compradores e processadores de madeira (indústrias madeireiras).

Praticamente, não existe interação de longo prazo entre estes dois segmentos, pois o fornecedor existe somente até quando durar o seu estoque e na maioria das vezes ambos segmentos não apresentam direcionamento estratégico para reposição dos estoques. Os compradores e processadores de madeira efetuam as compras enquanto existir oferta e conforme sua demanda.

Dos empresários madeireiros entrevistados, 33% são possuidores de propriedades rurais, e a maioria destes possui propriedades menores do que 500 ha (Tabela 5). Portanto, a parcela dos empresários madeireiros que possuem áreas de florestas não é expressiva, sendo altamente dependentes de matéria-prima de florestas pertencentes a terceiros.

Tabela 5 – Tamanho das propriedades dos empresários madeireiros no território do Portal da Amazônia

Tamanho das propriedades (ha)	Quantidade de propriedades	Porcentagem
0 a 500	19	45,2
500 a 1.000	4	9,5
1.000 a 5.000	8	19,0
Acima de 5.000	4	9,5
Não informou	7	16,7
Total	42	100,0

Fonte: dados de pesquisa

Dos empresários com propriedade rural, apenas 33% fazem exploração madeireira em suas áreas, sendo portanto uma atividade secundária. 71% investem na criação de bovinos e 60% dessas propriedades não apresentam a devida proporção de área de reserva legal e outros 40% dos empresários declararam possuir apenas 50% de área de reserva legal. Conclui-se que o setor madeireiro no território não está assegurando o fornecimento futuro de sua própria matéria-prima de maneira sustentável.

4.4 - Emprego da mão-de-obra

49% das empresas selecionam seus trabalhadores baseando-se em testes práticos e outros 37% através de indicações. A capacitação técnica da força de trabalho é praticamente inexistente, apesar de ocorrerem esporadicamente treinamentos referentes à segurança no trabalho.

A terceirização da mão-de-obra é uma característica marcante do setor florestal no Portal da Amazônia, especialmente no fornecimento de madeira: 75% das empresas madeireiras entrevistadas terceirizam esta atividade, 16% utilizam mão-de-obra da própria empresa e 9% preferem usar parte da mão-de-obra da empresa e a terceirização do restante.

O transporte de madeira também é terceirizado por 70% das indústrias madeireiras pesquisadas, enquanto 17% transportam a matéria-prima usando a frota da empresa em conjunto com as de terceiros e apenas 9% das empresas realizam o transporte da madeira com sua própria frota de veículos. Esta corrente de atuação para a efetuação da exploração e transporte florestal na região é largamente disseminada pelos sindicatos, associações e lideranças ligadas ao setor madeireiro.

4.5 - Uso e conhecimento do manejo florestal

Dos empresários entrevistados, 81% estão cientes das vantagens do manejo florestal e 19% das desvantagens. Dentre os que revelaram vantagens, 30% indicaram a legalização da atividade florestal, 55% a sustentabilidade e 12% a rentabilidade econômica. Fora as vantagens econômicas, 58% dos empresários vislumbram vantagens puramente de cunho ambiental, e 97% destes defendem que o manejo florestal ajuda a preservar as florestas nativas.

Porém, 74% dos entrevistados declararam não deter conhecimentos gerais sobre o manejo florestal, sendo que 80% dizem não ter nenhum domínio sobre os procedimentos burocráticos para a aprovação dos projetos de manejo florestal e 82% não dominam nenhuma técnica de exploração florestal. No entanto, 85% dos empresários madeireiros pesquisados são favoráveis à adoção do manejo florestal.

Para os empresários, o principal entrave à prática do manejo florestal é a burocracia e morosidade dos órgãos ambientais (44%), seguido pela falta de documentação das propriedades rurais (18%) (Tabela 6).

A revisão da política ambiental e reestruturação do Ibama (47%) e a realização de uma força tarefa para regularização fundiária das áreas que ainda detêm remanescentes florestais com potencial madeireiro (14%) são indicadas pelos entrevistados como as principais ações para superar as barreiras para a implementação do manejo florestal na região do Portal da Amazônia (Tabela 7).

Tabela 6 – Indicação de entraves para a realização do manejo florestal no Portal da Amazônia

Entraves citados	Quantidade	Porcentagem
Burocracia e morosidade dos órgãos ambientais	79	44,4
Falta documentação das áreas rurais	32	18,0
Medida Provisória nº 2166	17	9,6
Falta profissionais capacitados	13	7,3
Corrupção no IBAMA	9	5,1
Alto custo do projeto de manejo florestal	8	4,5
Falta de áreas p/ o manejo florestal	5	2,8
Presença de empresas ilegais	4	2,2
Falta incentivos fiscais e financeiros	3	1,7
Desinteresse dos proprietários rurais	3	1,7
Legislação florestal inadequada	2	1,1
Desunião do setor madeireiro	2	1,1
Falta política p/ as pequenas propriedades	1	0,6
Total	178	100,0

Fonte: dados de pesquisa

Tabela 7 – Indicação dos meios de superação para a realização do manejo florestal no Portal da Amazônia

Ação	Quantidade	Porcentagem
Incentivos à pesquisas ligadas ao MF	1	1,3
Realização de projetos de MF comunitário	2	2,5
Aceitação da TIR CCIR p/ o MF	3	3,8
Disponibilização de áreas públicas p/ o MF	3	3,8
Realização de campanhas educativas	3	3,8
Criação de incentivos fiscais e financeiros	3	3,8
Transferência do MF p/ a SEMA	4	5,1
Revisão da Medida Provisória nº 2166	6	7,6
Efetuação de MF em áreas c/ 50% de reserva legal	6	7,6
Realização de força tarefa p/ regularização fundiária	11	13,9
Revisão da política interna do IBAMA	37	46,8
Total	79	100,0

Fonte: dados de pesquisa

Em todos os municípios do Portal da Amazônia foram detectados planos de manejo florestal, com maior concentração no município de Marcelândia (15), seguido de Peixoto de Azevedo (8), Nova Monte Verde (7) e Alta Floresta (4) (Tabela 7). Não foi levado em consideração o tamanho da área de floresta manejada, mas sim a quantidade de áreas manejadas em cada município. Marcelândia também foi citada pelos entrevistados como o

maior fornecedor de madeira de áreas não-manejadas (17% das indicações), seguido de Peixoto de Azevedo (15%), Novo Mundo (11%) e Alta Floresta (11%) (Figura 5).

Tabela 8 – Número de planos de manejo nos municípios do Portal da Amazônia

Município	Nº de Planos de Manejo	Porcentagem
Marcelândia	15	34,1
Peixoto de Azevedo	8	18,2
Nova Monte Verde	7	15,9
Alta Floresta	4	9,1
Nova Bandeirantes	2	4,5
Novo Mundo	2	4,5
Carlinda	1	2,3
Apiacás	1	2,3
Nova Santa Helena	1	2,3
Nova Canaã do Norte	1	2,3
Colider	1	2,3
Guarantã	1	2,3
Total	44	100,0

Fonte: dados de pesquisa

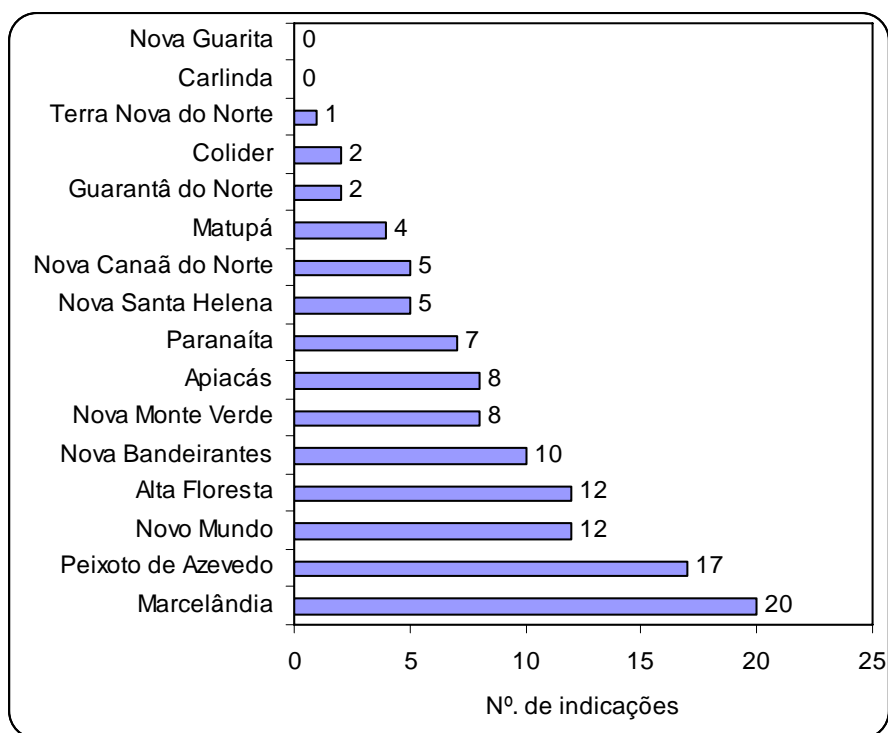


Figura 5 – Municípios principais fornecedores de madeira de áreas não manejadas na região do Portal da Amazônia

Verifica-se que 95% dos projetos de manejo florestal são em propriedades de terceiros, ou seja, não pertencem às indústrias madeireiras analisadas. As trocas comerciais ocorrem principalmente com a prática da compra da madeira mediante um contrato de fornecimento firmado entre o Processador da Madeira e o Fornecedor de Matéria-Prima, ou seja, o detentor do projeto de manejo florestal, o qual fornece toda a documentação necessária para a regularização. Chama a atenção o fato de que, na maioria das vezes, os compradores de madeira não têm informações básicas a respeito da área manejada que está lhe fornecendo a matéria-prima, tais como: localização exata, tamanho, dimensões, potencial madeireiro total e por espécie, entre outros.

4.6 - Reflorestamento e certificação florestal

A atividade vista como mais viável economicamente é o reflorestamento (93% dos entrevistados). Destes, cerca de 53% atribuem a viabilidade a fatores econômicos proporcionados pela atividade, enquanto que 32% indicaram a sustentabilidade e continuidade de suas atividades como o fator mais importante. Aproximadamente 82% dos empresários madeireiros admitem que a prática do reflorestamento pode contribuir com a manutenção das florestas nativas da região norte de Mato Grosso.

80% dos entrevistados não dominam as técnicas de reflorestamento, sendo indispensável a orientação técnica especializada para a implementação dos reflorestamentos. 62% dos entrevistados demonstraram interesse em implantar projetos de reflorestamento no futuro, tendo como espécie preferida a Teca (*Tectona grandis*).

Tabela 9 – Espécies florestais indicadas para implantação de projetos reflorestamentos no Portal da Amazônia

Espécie	Indicações	Porcentagem
Teca	21	35,0
Outras	7	11,7
Castanheira	5	8,3
Cedro-rosa	5	8,3
Amescla	4	6,7
Caixeta	3	5,0
Cedrinho	3	5,0
Matupá	3	5,0
Mogno	3	5,0
Caroba	2	3,3
Eucalipto	2	3,3
Itaúba	2	3,3
Total	60	100,0

Fonte: dados de pesquisa

O principal entrave citado para a implementação de reflorestamentos é a falta de políticas específicas de créditos e incentivos fiscais (33% dos entrevistados), seguido pela

falta e a baixa disponibilidade de orientação técnica (20%) e falta de pesquisas com espécies nativas e exóticas (15%) (Figura 6). Em consequência, a pauta de soluções seria a abertura para discussão da atual política florestal voltada ao reflorestamento, criando linhas específicas de apoio ao setor e centros de pesquisa ligados a realidade regional. Uma forte reivindicação é a possibilidade de utilização dos recursos da reposição florestal para implementação de reflorestamentos.

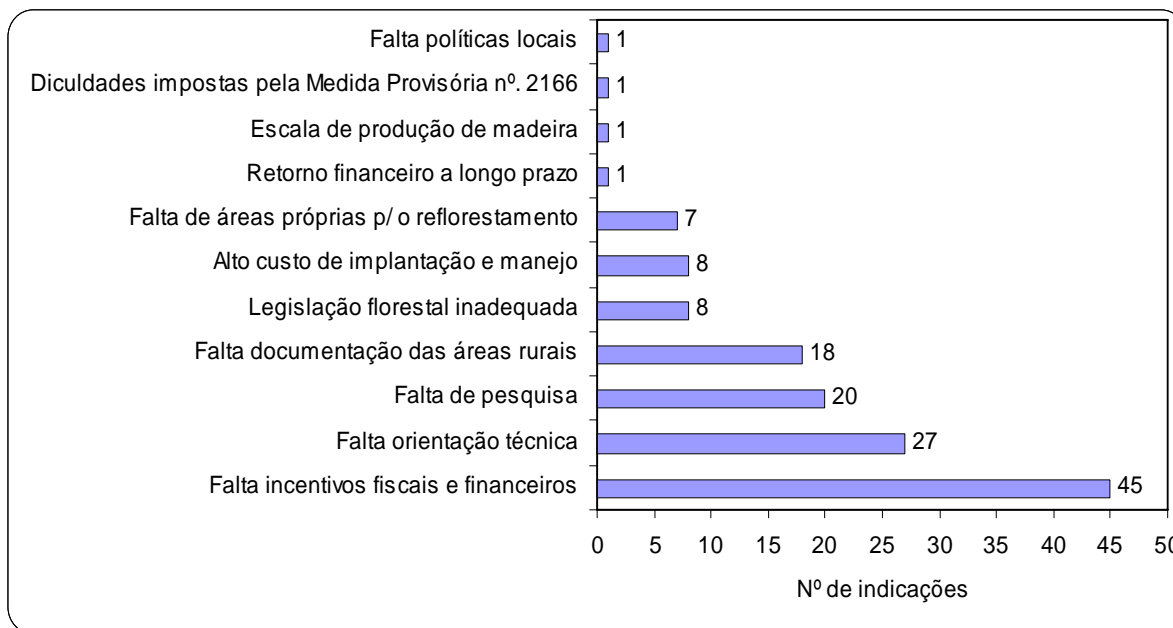


Figura 6 – Indicações de entraves para a implantação de projetos de reflorestamento no Portal da Amazônia

Outro ponto abordado nas entrevistas foi o grau de conhecimento sobre certificação por parte dos empresários do setor madeireiro. 88% dos entrevistados não detêm nenhum tipo de informação a respeito da certificação florestal, 30% já ouviram falar sobre o tema e apenas 1,6% dos empresários mostraram conhecer as normas gerais da certificação florestal.

A principal vantagem da certificação florestal vislumbrada pelos empresários é a garantia de mercado para seus produtos. As empresas certificadoras existentes não são conhecidas por 95% dos empresários do setor. 43% deles têm pretensões de, no futuro, certificar suas empresas.

O principal entrave para a implementação da certificação florestal indicado pelos entrevistado é a baixa disponibilidade de informações sobre a certificação (24%), seguida pela falta de documentos das áreas com florestas a serem exploradas (17%) e o alto custo de implantação e manutenção do processo de certificação (17%) (Figura 7). As sugestões para a implementação da certificação florestal na região seriam a rápida regularização das áreas com florestas em exploração ou a serem exploradas, a criação de incentivos fiscais e financeiros e a intensificação da fiscalização da madeira e empresas ilegais.

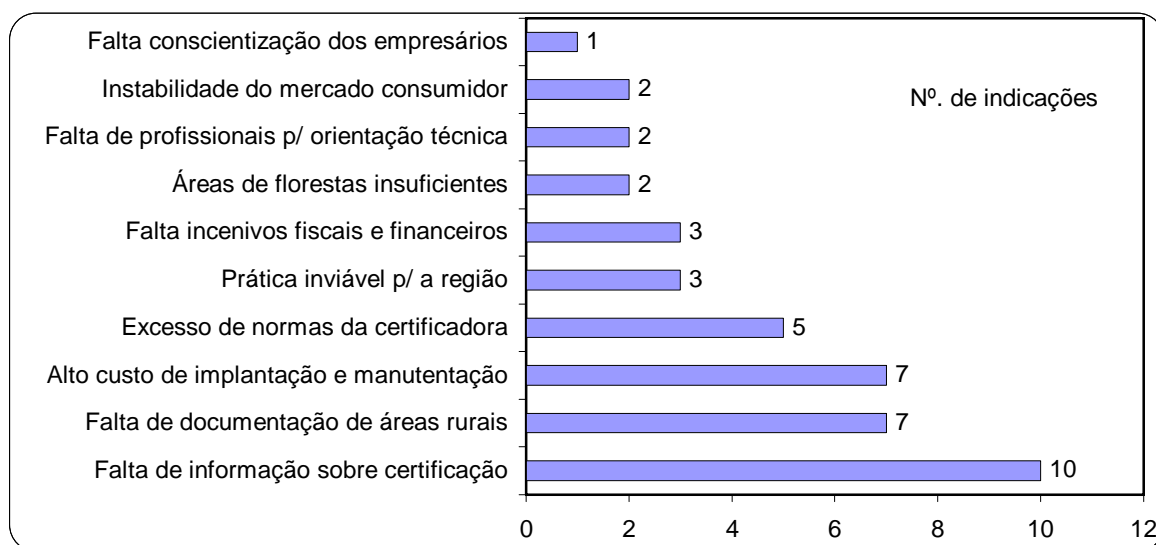


Figura 7 – Indicações de entraves para a realização da certificação florestal nas indústrias madeireiras do Portal da Amazônia

5 – Considerações finais

O setor de base florestal no Território Portal da Amazônia não está operando de forma sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental. A maioria da matéria-prima florestal é oriunda de áreas de desmatamento, geralmente de terceiros, através de contratos de exploração pontuais cuja execução é terceirizada. Já está claro que o volume de madeira nativa consumido anualmente na região (2 milhões de m³ em 2004) não poderá se manter no futuro.

O setor está atravessando uma crise que também é uma fase de profundas transformações; possivelmente, somente as empresas que investirem fortemente na implantação do manejo florestal sustentável poderão ter sua existência assegurada no médio e longo prazo.

A efetiva difusão do manejo florestal no Território depende de um esforço articulado envolvendo: os órgãos ambientais (hoje, principalmente a SEMA, responsável pela gestão florestal), que precisam melhorar rapidamente os processos de aprovação e monitoramento dos planos de manejo; os proprietários de florestas, que têm que buscar a adequação ambiental de suas propriedades e terão no manejo uma alternativa efetiva de geração de renda nas suas reservas legais; os empresários do setor madeireiro, que deverão investir no manejo, incluindo capacitação, melhorias operacionais, equipamentos e eventualmente em áreas florestais para assegurar o seu abastecimento de matéria-prima; os pesquisadores e técnicos do setor, que têm um papel fundamental a exercer nessa fase de transição; assim como o Estado e as instituições financeiras, que têm que fornecer maiores incentivos ao manejo e ao reflorestamento.

Com isso, está em jogo muito mais do que o futuro de um setor de atividade, mas o modelo de desenvolvimento de toda uma região, que tem e deve continuar tendo no setor florestal um dos seus pilares principais.